



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO  
VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

## 2ª ETAPA - PROVA ESCRITA DISCURSIVA - DIA 09.06.2012

### INSTRUÇÕES

1. Nesta prova, somente poderão ser consultados **textos legais sem comentários**, sem notas explicativas e/ou anotações dos candidatos, **vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientações jurisprudenciais**. Todo material é de uso individual, **vedado o empréstimo a outro candidato**.
2. A duração desta prova é de **4 (quatro) horas**.
3. A prova contém **três cadernos**, assim compostos:
  - a) **caderno de questões**: contém a presente folha de instruções e uma folha (frente e verso) com as questões da prova;
  - b) **caderno de respostas**: contém capa e dez folhas para respostas, em frente e verso;
  - c) **caderno de rascunho**: contém 4 (quatro) folhas identificadas para rascunho, em frente e verso.
4. Aguarde **autorização** dos fiscais de sala para abertura dos cadernos de questões, de resposta e de rascunho.
5. As questões da prova **têm o mesmo valor**.
6. Em **hipótese alguma** haverá acréscimo ou substituição de folhas dos cadernos de resposta.
7. Em **hipótese alguma** as folhas de rascunho serão objeto de análise e correção pela Comissão Examinadora.
8. Não assine, **assinale, amasse, dobre ou rasure** o caderno de respostas, tampouco proceda a qualquer lançamento que viabilize a sua identificação. Não é permitido o uso de líquido corretivo. Em **caso de erro**, reescreva a resposta, após a expressão "digo".
10. Responda às questões pela ordem numérica que reputar mais conveniente, identificando **expressamente** o número da questão a que se refere cada resposta. Não transcreva a questão.
11. **Não é permitida** qualquer consulta à Comissão Examinadora ou aos fiscais de sala referente **às questões de prova**.
12. Ao final da prova, **entregue** ao fiscal de sala, integralmente, **o caderno de resposta**.
13. O **caderno de questões** e o de **rascunho** somente poderão ser levados pelo candidato **após 3 (três) horas**, contados do início da prova. Antes desse tempo, se o candidato deixar a sala, os referidos cadernos serão recolhidos pelos fiscais.
14. Nas **notas** a serem atribuídas, serão consideradas positivamente a clareza, a objetividade e a precisão das respostas, bem como a correção vernacular do texto. Também será avaliada a percepção de todas as alternativas teóricas e práticas que o problema proposto possa trazer e a amplitude da resposta dada pelo candidato.
15. Afirmações corretas, mas desprovidas de fundamentação suficiente, serão consideradas incorretas ou receberão baixa nota. Serão também desconsiderados fundamentos que, embora tecnicamente corretos, sejam inadequados para a solução do problema/questão proposto(a).

BOA PROVA !!!





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO  
VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

**2ª ETAPA – PRIMEIRA PROVA – 09 DE JUNHO DE 2012**

**PROVA DISCURSIVA**

**1ª Questão:**

João dos Santos trabalhou, entre 01.02.1997 a 31.03.2010, na empresa Logística Reis Magos Ltda., exercendo diversas funções, dentre as quais a de ajudante e carregador. Após os primeiros cinco anos de serviço, ausentou-se algumas vezes do trabalho em razão de dores musculares, usufruindo de licenças médicas nunca superiores a 15 dias, mas sem ser submetido a exames ou avaliação médica específica. Foi despedido sem justa causa, recebendo os regulares direitos trabalhistas no sindicato profissional. Nada obstante, decidiu ajuizar ação indenizatória contra a empresa para buscar indenização por danos morais, sob o argumento de que as frequentes dores musculares, que ainda sente, em progressiva piora, foram adquiridas no ambiente de trabalho. Pede a realização de perícia médica para verificação da enfermidade. O ajuizamento da ação ocorreu em 15.03.2012.

A empresa ré contestou a pretensão, alegando a prescrição total do direito, uma vez que o marco inicial da contagem da prescrição deve ser o do aparecimento dos sintomas, o que ocorrera há mais de 5 (cinco) anos. Alegou, ainda, que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não conferiu ao autor qualquer benefício, tampouco foi expedida ou requerida a expedição da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), aspectos que impedem o reconhecimento da doença profissional. Disse, por fim, que não há nexo de causalidade entre a alegada enfermidade do trabalhador e as rotinas de trabalho, de acordo com o que consta dos seus planos de prevenção de riscos ambientais (PPRA), o que implica ausência do dever de indenizar.

A prova técnica (laudo médico especializado), produzida no curso da instrução processual, concluiu que o autor é portador de doença que não se relaciona diretamente com o trabalho. Quando muito, este apenas contribuiu para o agravamento dos sintomas, mas não é causa direta.

A partir dos elementos contidos na situação proposta, examine as seguintes questões que se relacionam com a controvérsia:

- a)** a ocorrência de prescrição da via acionária para a pretensão indenizatória;
- b)** a presença de dano indenizável ao trabalhador;
- c)** em tese, se o dano moral decorrente de doença ocupacional verifica-se *in re ipsa* ou demanda comprovação efetiva de sua existência, a partir da projeção do fato danoso;
- d)** em tese, quais as implicações possíveis, no campo material e processual, do *nexo técnico epidemiológico* (Lei n. 11.430/2006), sobre o caso.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO  
VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

**2ª Questão:**

Desde 2009, a gestão estratégica do Poder Judiciário tem adotado o regime de metas, como forma de aperfeiçoar as atividades administrativa e jurisdicional dos tribunais brasileiros. Em 2010, o problema da efetividade processual passou a integrar esse esforço, com a indicação de redução do estoque dos processos na fase de execução (Meta 3). Em 2011, o objetivo foi o de criar, em cada Tribunal do Trabalho, um núcleo de apoio à execução (Meta 5), como meio de enfrentar a alta taxa de congestionamento ainda presente nas execuções processadas perante a Justiça do Trabalho.

Nesse contexto da efetividade processual, discorra sobre os seguintes temas:

- a) possibilidade de penhora de dinheiro na execução provisória;
- b) hipoteca judiciária;
- c) certidão negativa de débitos trabalhistas e o instituto da evicção.

**3ª Questão:**

*“Daqui já se vislumbra o que mais importa: esse diploma jurídico de nome Constituição provém diretamente da nação brasileira, única instância de poder que é anterior, exterior e superior ao próprio Estado. Por isso que, pela sua filha unigênita que é a Constituição mesma, a nação governa permanentemente quem governa transitoriamente. E o faz, aqui nesta Terra Brasilis, pelo modo mais intrinsecamente meritório; pelo modo mais cristalinamente legítimo, pois o fato é que a menina dos olhos da nossa Constituição é a democracia. Democracia que nos confere o status de país juridicamente civilizado. Primeiro-mundista, pois os focos estruturais de fragilidade do País não estão em nosso arcabouço normativo, mas no abismo que se rasga entre a excelência da Constituição de 1988 e sua concreta incidência sobre a nossa realidade sócio-econômica e política”* (Carlos Ayres Britto, Ministro do Supremo Tribunal Federal, *discurso de posse na presidência*, Brasília, 19 de abril de 2012).

De acordo com a temática contida no texto, discorra sobre:

- a) eficácia da norma constitucional e sua força normativa;
- b) o princípio da proibição do retrocesso.

**4ª Questão:**

Ao lado das fontes formais de origem estatal, o Direito do Trabalho convive com a concorrência de outras fontes, como as *“que têm origem profissional ou autônoma”*, e que são *“fontes peculiares ao Direito do Trabalho”*, projeção da *“autonomia coletiva”* e que, em tese, merecem prestígio da ordem jurídica na sua aplicação (BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2010, pp. 122 e 125). Não raro, porém, essas normas se atritam com as fontes de origem estatal, com a pronúncia judicial da prevalência destas últimas.

Tendo em vista a jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho, cite e comente uma situação que exemplifica essa prevalência das normas estatais diante de estipulações contidas em convenções ou acordos coletivos de trabalho.

**5ª Questão:**

No campo das antinomias e das insuficiências normativas, em que consiste a *Teoria do Diálogo das Fontes*?